



PEC Voltaram as mudanças no IVA e limitações de benefícios fiscais

Medidas pensadas para atacar recessão prevista pela UE

Sérgio Aníbal

A nível da despesa a medida com maior impacto esperado é a redução de custos no Sector Empresarial do Estado e com os Serviços e Fundos Autónomos

Com algumas medidas novas, com o reforço de outras já em vigor e com a recuperação de várias ideias que a negociação com o PSD tinha obrigado a abandonar o Governo conseguiu encontrar as poupanças adicionais que a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu calculavam ser necessárias para, num cenário de recessão económica, cumprir os objectivos para o défice público prometidos até 2013. A concretização desta meta é fundamental para que Portugal possa aceder ao fundo de socorro que está a ser negociado entre os líderes da zona euro (ver texto na página 6).

As medidas adicionais anunciadas na sexta-feira foram justificadas pelo próprio Governo com a necessidade de criar margens de manobra adicionais a nível orçamental para enfrentar os riscos existentes para a actividade económica. Ou seja, segundo o Executivo, mesmo que a economia apresente um desempenho pior do que o previsto, as novas medidas garantem que os objectivos do défice se cumprem nos próximos três anos.

Deste modo, o Governo não só reconhece que o seu cenário macroeconómico se está a revelar demasiado optimista (como defenderam muitos economistas no momento da sua divulgação), como aceita as estimativas feitas pela Comissão, que já há algum tempo vinha alertando para o facto de as medidas anunciadas pelo Governo poderem não chegar para cumprir os objectivos de défice. A equipa da Comissão Europeia e do BCE que esteve em Portugal nas últimas semanas calculou que, para cumprir os objectivos,

As novas previsões do Governo

Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental (% PIB)	2012	2013
Diminuição de Despesa (1)	1,6	0,8
Contribuição especial aplicável a todas as pensões	0,25	
Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde	0,3	0,1
Aprofundamento da racionalização da rede escolar e aumento da eficiência no aprovisionamento	0,2	0,1
Outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública	0,2	0,1
Redução de benefícios sociais de natureza não contributiva		0,2
Redução de custos no SEE e SFA* revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimentos e dos custos operacionais	0,35	0,1
Redução da transferência para Autarquias e Regiões Autónomas	0,1	
Redução da despesa de capital	0,2	0,2
Aumento de Receita	0,9	0,4
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	0,4	0,1
Racionalização da estrutura de taxas do IVA	0,1	0,3
Actualização dos impostos específicos sobre o consumo	0,15	
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	0,15	
Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos	0,1	
Total	2,5	1,2

(1) Adicionalmente, a suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões permite poupança anual de 0,2% do PIB e o congelamento de salários na função pública permite poupança anual de 0,2% do PIB.

*Sector Empresarial do Estado e Serviços e Fundos Autónomos.

FONTE: Ministério das Finanças

faltava uma redução adicional do défice de 0,75 pontos percentuais em 2011, 2,75 pontos em 2012 e um ponto em 2013, como indicado pelo comunicado conjunto publicado na sexta-feira à noite por Durão Barroso e Jean-Claude Trichet, presidente do BCE.

É a esses "buracos orçamentais" calculados pelas duas instituições europeias que o mais recente programa de austeridade apresentado pelo Governo tenta responder. Para 2011, apresenta medidas de contenção com um impacto estimado de redução do défice de 0,8 pontos percentuais (cerca de 1400 milhões de

euros) logo este ano. Para 2012, está reservado o maior esforço deste plano de austeridade, com um impacto de 2,5 pontos percentuais. Em 2013, o efeito estimado das medidas é de 1,2 por cento do PIB.

Apenas para 2012 e 2013 foram apresentadas pelas Finanças estimativas, medida por medida, dos impactos orçamentais. A medida com maior efeito é a "revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais" no IRS e IRC, uma recuperação da proposta que, durante as negociações com o PSD para o OE deste ano, tinha sido fortemente limitada. As Finanças esperam uma

receita adicional de 0,4 por cento do PIB (cerca de 700 milhões de euros) em 2012 e de mais 0,1 por cento (cerca de 175 milhões) em 2013.

Com a racionalização da estrutura de taxas do IVA, que o Governo pretende fazer principalmente em 2013, o Governo espera arrecada qualquer coisa como 700 milhões de euros nos próximos dois anos. Ao nível da despesa, a medida com maior impacto esperado é a redução de custos no Sector Empresarial do Estado e com Serviços e Fundos Autónomos. Em dois anos, espera o Governo, serão menos 800 milhões de euros de gastos.

Função pública

Executivo confirma salários congelados

Depois do corte sofrido este ano, não haveria muitos funcionários públicos à espera de ter, para já, os seus salários recuperados, nem mesmo parcialmente. E a confirmação desta ideia surge discretamente no documento do novo PEC. Numa nota de rodapé à tabela com os impactos orçamentais das medidas aplicadas em 2012 e 2013, os responsáveis do Ministério das Finanças escrevem que "o congelamento de salários na função pública permite poupança anual de 0,2 por cento do PIB".

Sobre o BPN, o Governo diz que vai apresentar até ao final de Maio um plano de calendarização e reestruturação do banco. Ontem, o *Expresso* noticiou que o Eurostat só permitirá o registo das perdas no ano em que houver injeção de capital no banco, que tem perdas de dois mil milhões de euros. Resta saber como é que o Executivo pretende resolver o problema sem aumentar o défice.

A contenção no investimento público também se revela decisiva, com cortes projectados de 700 milhões de euros em 2012 e 2013, repartidos de forma igual pelos dois anos.

O corte nas pensões superiores a 1500 euros garante um ganho orçamental, em 2012, de aproximadamente 450 milhões de euros, enquanto o congelamento das restantes pensões permite, segundo as Finanças, uma poupança anual de 350 milhões de euros. O mesmo efeito é esperado com o congelamento dos salários da função pública, que se mantém também até 2013.

Governo defende que é apenas redução da despesa

Cortes nas reformas devem necessitar de aprovação parlamentar

José Augusto Moreira

O Governo anunciou que as medidas adicionais de poupança para este ano não necessitam de aprovação parlamentar, mas esta não é uma matéria isenta de dúvidas e há quem entenda que, pelo menos em algumas matérias, será sempre necessário o voto do deputados. Que é como quem diz uma negociação política.

"Não é para mim claro como é que o Governo vai cortar nas pensões. Se for uma sobretaxa excepcional, penso que terá de obter a aprovação da Assembleia da República (AR)", diz Nogueira Leite, antigo secretário de Estado das Finanças. "O Governo diz

que se trata de uma contribuição especial aplicável a todas as pensões mas, tal como está formulada, não pode avançar sem que isso passe pelo Parlamento, a não ser que demonstrem que há uma formulação diferente, mas que não vislumbro", explicou.

Opinião idêntica manifestou o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC). "A alteração e fixação de fiscalidade é matéria de competência parlamentar", disse Domingues Azevedo, apontando para a hipótese de "diminuição das reformas". Nesse caso, esclarece, "há agravamento de impostos, o que é considerado como um impostos no

vo e obriga sempre à aprovação pelo parlamento", assegurou.

Lembrando os tempos em que foi deputado (pelo PS), Azevedo diz que "qualquer alteração da situação fiscal sempre foi vista como matéria de aprovação parlamentar, mesmo nos casos em não se altera o programa de fundo". Do ponto de vista político, o bastonário dos TOC olha para a posição do Governo, como "uma tentativa de fugir com o rabo à seringa" e diz até que não se admiraria "se o PSD viesse a defender". "É o mais cómodo para eles, já que o que estamos a assistir é uma espécie de jogo do gato e do rato para ver quem faz a parte suja da questão", disse, lembrando



Nogueira Leite

o consenso quanto à necessidade de redução das despesas.

Também o líder do Bloco de Esquerda lembrou ontem que há medidas que têm passar pela AR. "O Governo pode reduzir os planos de investimento em escolas ou cortar ainda mais nos hospitalais, através de normas avulsas sem o voto na Assembleia da República, mas há uma medida que tem de ter o voto no parlamento, que é a alteração do Código do Trabalho, para reduzir para um terço a indemnização do despedimento e portanto para facilitar os despedimentos", disse Francisco Louça. com António Arnaldo Mesquita